

A permanência de nomes relacionados à Ditadura Civil-Militar no Brasil em locais das cidades

The permanence of names related to the Civil-Military Dictatorship in Brazil in places of the cities

Esther Maria Gonçalves Alves¹, UFU

Resumo

O presente artigo almeja discutir sobre a existência de nomes de ruas, escolas e outros locais com nomes de ex-presidentes do período da ditadura civil-militar. Nessa trajetória haverá uma rápida discussão sobre esse marco histórico e seu contexto aliado à importância da memória daqueles que sofreram nesse período. Buscando partir do pressuposto de como as vítimas dessa época, aqueles que perderam pessoas ou que sofreram com perseguições, torturas ou mesmo foram exilados do Brasil. Além disso, procurar compreender as causas desses nomes ainda permanecerem, já que historicamente são claras as atrocidades cometidas nesses anos. E para auxiliar nessa pesquisa será utilizado o site da DITAMAPA que fornece dados muito importantes para essa discussão, como a localização e a quantidade de escolas e ruas de cada presidente militar ao longo do país que foram homenageados com os seus nomes em locais das cidades.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; Ruas e Escolas; DITAMAPA; História.

Abstract

This article aims to discuss the existence of names of streets, schools and other places with names of former presidents of the civil-military dictatorship period. In this trajectory there will be a quick discussion about this historical milestone and its context combined with the importance of the memory of those who suffered in this period. Seeking to start from the assumption of how the victims of the time, those who lost people or who suffered from persecution, torture or even were exiled from Brazil. And furthermore, try to understand why these names still remain, since historically the atrocities committed in those years are clear. And to assist in this research, the DITAMAPA website will be used, which provides very important data for this discussion, such as the location and number of schools and streets of each military president throughout the country that were honored with their names in places in the cities.

Keywords: Military Dictatorship; Streets and schools; Names of military presidents; History.

Introdução

O Brasil ao longo de sua história foi marcado por diversos episódios extremamente complexos e trágicos. Neste presente artigo buscaremos discorrer sobre a Ditadura Civil-Militar atrelada a atualidade e as memórias relacionadas a tal período. Mais especificamente sobre nomes de ruas e escolas que carregam o peso da violência dos presidentes militares cercado de censuras e perseguições políticas. E para colaborar com essa discussão analisaremos as

¹ Graduanda em História na Universidade Federal de Uberlândia - esther.alves@ufu.br.

informações presentes no DITAMAPA, um site que permite identificar locais no Brasil que possuem nomes relacionados à época, principalmente os de presidentes militares.

Além disso, faz-se importante compreender como os nomes de ruas, escolas e outros locais fazem parte da história das cidades. Ao longo dos anos, as modificações que ocorreram mostram como cada vez mais essas regiões são locais ativos, onde ocorre o cotidiano da população. E, no que tange a parte histórica do Brasil, é possível compreender cada vez mais sobre as influências que permeiam as metrópoles e o país. Dessa forma, a quantidade considerável de lugares com nomes de presidentes militares não é uma escolha desprovida de significado. As renomeações dos logradouros são recorrentes ao longo dos tempos, sendo modificadas de acordo com os contextos históricos, porém existem mudanças que são mais ou menos aceitas pela população, principalmente, em situações que podem gerar prejuízos.

Ademais, após muito anos do período em que os direitos dos cidadãos foram reduzidos foi criada a Comissão Nacional da Verdade que investigava os crimes cometidos durante a Ditadura Civil-Militar. E ao longo dos relatórios e discussões uma das recomendações colabora para a ideia de que os nomes de tais figuras deveriam ser retiradas e muitos sugeriram que deveriam ser inseridos nomes que remetesse ao das vítimas desse período, não de seus torturadores. A partir de então ganha ainda mais força alguns movimentos que buscavam justamente a troca da nomenclatura de ruas com referências aos presidentes ditadores.

Ditadura Civil-Militar e seu Contexto

A Ditadura Civil-Militar no Brasil se iniciou em 1964 e faz-se importante compreender o contexto em que essa foi instaurada. Pouco tempo antes havia sido eleito Jânio Quadros² que assumiu a presidência em 1961 e nesse mesmo ano renunciou; João Goulart³ o sucedeu. Algo importante de se salientar refere-se ao fato de que os dois políticos citados anteriormente eram de partidos diferentes e discordavam em algumas ideias. Um dos projetos do governo de Jango relaciona-se à "reforma de base" sendo essa fiscal, administrativa, universitária e agrária. No que tange a reforma agrária⁴, existiam muitas polêmicas a respeito, pois era duramente criticada

² Jânio Quadros foi eleito em 1960 e assumiu em 1961, porém logo renuncia devido a medidas consideradas confusas e impopulares, causando um período turbulento.

³ João Goulart era conhecido como Jango e seu governo após a renúncia de Jânio Quadros foi marcada por grande instabilidade devido às reformas de base que gostaria de realizar e que não agradava a setores da sociedade aliado a outros fatores.

⁴ A reforma agrária é um conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

pelos grandes latifundiários e também por boa parte dos parlamentares no Congresso Nacional. Logo, esse período foi marcado por uma grande agitação na sociedade, existindo movimentos que queriam a derrubada do governo (principalmente das alas mais conservadoras da população e de parte da classe média) (NAPOLITANO, 1998).

No âmbito internacional, pode-se salientar a Guerra Fria entre Estados Unidos e a União Soviética. Nesse conflito houve uma bipolarização ideológica entre esses dois países em que o primeiro citado anteriormente era defensor do capitalismo e o segundo do socialismo e disputavam a hegemonia política, militar e econômica no mundo. Dessa forma os Estados Unidos tinham medo de que o socialismo se alastrasse pela América Latina e as Ditaduras Militares foram soluções para esse problema, sendo essas apoiadas pelos EUA. E como no Brasil ideias consideradas de cunho socialista estavam sendo pautadas, mais especificamente a reforma agrária, foi um alerta e uma desculpa para instaurar um regime autoritário no país.

E diante do contexto salientado brevemente acima ocorre no dia 31 de março de 1964 o golpe que tirou Jango do poder e que instaura temporariamente uma junta militar até o dia 15 de abril quando Castello Branco⁵ toma posse. A partir de então mais quatro presidentes militares iriam governar o país até 1985. Nesse primeiro momento declara-se o AI-1 – Ato Institucional⁶ n°1 - que convocava eleições indiretas para presidente e possibilitava a perseguição política dos opositores. No governo de Castello Branco (1964-1967) foram declarados mais 3 Atos Institucionais: o primeiro extingue todos os partidos políticos e altera o funcionamento do Poder Judiciário, o segundo instaura o bipartidarismo no Brasil e o terceiro possibilitava a criação de uma nova Constituição. O segundo governante foi de Costa e Silva⁷ (1967-1969) um momento marcado pela grande violência e repressão e pelo início do AI-5 que fecha o Congresso por tempo indeterminado ((NAPOLITANO, 1998).

⁵ Humberto Castello Branco foi um dos articuladores do Golpe Militar de 1964. Durante seu período como presidente rompeu relações com Cuba, criou o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e BNH (Banco Nacional de Habitação) e o SNI (Serviço Nacional de Informações) e assinou a Lei de Imprensa que limitava a atuação dos meios de comunicação e a Lei de Segurança Nacional que definiram os crimes contra a atuação do governo militar. Assume o poder com 64 anos e morre em 18 de julho de 1967 em um acidente aéreo.

⁶ Os Atos Institucionais eram normas e decretos muito empregados durante a Ditadura Civil-Militar e cediam plenos poderes aos militares e garantiam sua permanência no poder.

⁷ Artur da Costa e Silva considerado como um dos articuladores do golpe e seu governo marcado pela violência e repressão sendo considerado da “linha dura” dentro das forças armadas. Foi Marechal do Exército e ocupou o cargo de ministro da Guerra no mandato de Castello Branco.

O terceiro foi Médici⁸ (1969-1974), um governo em que houve o aumento da censura dos meios de comunicação e um crescimento econômico chamado de “Milagre econômico”⁹. Houve também a criação do Departamento de Operações Internas (DOI) e o Centro de Operações da Defesa Interna (CODI), os centros de aprisionamento e tortura. O próximo foi Geisel¹⁰ (1974-1979), em um período em que ocorreu um desgaste das Forças Armadas, uma crise econômica agravada pelas greves que estavam se instalando no país. Nesse contexto, houve a revogação do AI-5 e o início da abertura política. E o último presidente militar foi Figueiredo¹¹ (1979-1985) que promulgou a Lei da Anistia¹²; em seu governo ocorreu também uma reforma partidária que possibilitou a criação de novos partidos políticos e o início do movimento das “Diretas Já”¹³. Assim, em 1985, Tancredo Neves é eleito pelo voto indireto como o presidente do país e encerra o período da Ditadura Civil-Militar (NAPOLITANO, 1998).

Após um breve resumo sobre o período da Ditadura Civil-Militar é importante salientar algumas ideias para que as futuras discussões sejam desenvolvidas com clareza. Entre elas, é preciso evidenciar como esse episódio da história brasileira foi marcado por violência, já que todos aqueles que discordavam do regime estavam sujeitos a enfrentar perseguições, torturas e outras medidas. Após o surgimento de documentos e os relatos daqueles que vivenciaram o período, foram estimadas 89 mortes ou desaparecimentos de acordo com a Comissão Nacional

⁸ Emílio Garrastazu Médici foi subcomandante da Academia Militar das Agulhas Negras e pouco depois promovido a general-de-brigada. Aderiu ao golpe e tornou-se adido militar em Washington e assumiu posteriormente a chefia do Serviço Nacional de Informações e foi promovido a general e nomeado comandante do 3º Exército em Porto Alegre.

⁹ Algumas medidas econômicas foram empregadas como a restrição de créditos, contenção de salários e direitos trabalhistas, o aumento das tarifas do setor público e a redução da inflação que resultaram em taxas de crescimento do PIB e grandes investimentos em infraestrutura. Entretanto, esse milagre deixou uma grande dívida externa para o país, gerando uma dependência brasileira em empréstimos externos.

¹⁰ Ernesto Geisel foi importante no movimento de deposição de João Goulart e assumiu a chefia do gabinete militar do presidente Castello Branco e posteriormente foi promovido a General. Tornou-se ministro do Superior Tribunal Militar e foi presidente da Petrobrás e finalmente assumiu a presidência do país.

¹¹ João Figueiredo iniciou na política como secretário geral do Conselho de Segurança Nacional no governo de Jânio Quadros, participou do golpe e chefiou o Serviço Nacional de Informações e depois comandou a Força Pública de São Paulo e posteriormente o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas e chefe de Estado-maior do 3º Exército até assumir como presidente.

¹² Lei sancionada em 28 de agosto de 1979 que garantia que políticos e intelectuais exilados poderiam retornar ao Brasil e profissionais puderam voltar para seus postos, assim como estendia esses benefícios para os militares envolvidos em crimes cometidos contra aqueles que foram detidos. Salientando que não se estendia para aqueles condenados por crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado. E a lei abarcava os crimes cometidos entre 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979.

¹³ “Diretas Já” foi um movimento político que possuía como objetivo a retomada das eleições diretas para presidente, iniciou em 1983, mas só conseguiu êxito em 1989. Contou com a mobilização popular e também de partidos políticos.

da Verdade. Atualmente existem diversos sites que buscam dar voz a essas pessoas, mostrando para todos como essa foi uma época em que os direitos humanos eram menosprezados.

Análise dos dados da DITAMAPA

A Ditadura Civil-Militar contou com cinco presidentes ao longo dos seus 21 anos, e muitos locais ao longo do tempo foram nomeados a partir desses personagens históricos. Para contribuir na atual discussão analisaremos os dados presentes na DITAMAPA¹⁴, onde pode-se encontrar gráficos e mapas com os números, imagens dos locais que atualmente foram registrados na página, contendo os nomes dessas figuras e um pouco de informações e referências sobre a temática. De acordo com o site, existem 559 locais que carregam o nome dos presidentes militares no país, salientando que possivelmente existem muito mais que não foram mencionados. Outro ponto que pode ser destacado refere-se ao fato de que o presidente Costa e Silva foi o que mais recebeu homenagem ao intitular locais com seu nome. Em seguida encontra-se Castelo Branco e o com a menor quantidade, Figueiredo.

Ao analisar os dados anteriores presentes na DITAMAPA, coincidentemente ou carregado de algum significado, o qual não podemos afirmar sem mais pesquisas, o período com mais violência e repressão da Ditadura e que ficou conhecido como “anos de chumbo” e o momento em que se decretou o Ato Institucional nº5 que fechou o Congresso foi o com maior constância de nomes, o governo de Costa e Silva. Em seguida no que se relaciona a quantidade, está Castello Branco, que foi um nome relevante já que foi o primeiro a assumir a presidência após o Golpe. E em contrapartida o governo que se encaminhou para o início de uma redemocratização possuiu menos homenagem de locais com seu nome. O que mostra que supostamente no período em que foram instituídas as nomenclaturas para as ruas e escolas ainda havia uma ideologia forte em relação a Ditadura Civil-Militar ou mesmo um saudosismo histórico.

Memórias nas Ruas

Ao longo da história, muitos foram os impasses em relação a memória para história, principalmente a coletiva. Entretanto, atualmente há uma maior receptividade dos historiadores

¹⁴ A DITAMAPA é um site que mostra mapas, gráficos e informações sobre locais brasileiros que possuem nomes de ruas, avenidas e escolas homenageando os presidentes do período da ditadura civil-militar, assim como uma breve análise sobre essa temática.

em aceitar a memória como fonte através principalmente dos relatos orais. A seguir uma definição do que consideramos como memória coletiva:

A Memória Coletiva, é o que nos diz Halbwachs mais adiante, é na verdade feita também de discontinuidades, mas só que discontinuidades discretas facilmente disfarçáveis em continuidade. Desse modo, ela assegura a sensação humana e social de unidade, e permite que se atravesse mesmo os períodos históricos mais transformadores. A Memória Coletiva, enfim, faz-se através dos seres humanos que a carregam, vive mesmo dos grupos sociais que são os seus portadores, e Halbwachs ressalta que quando ela “esquece uma quantidade tão grande de fatos e personalidades antigas, é porque os grupos que guardavam sua lembrança desapareceram” (2006, p.105) (BARROS, 2009, p. 15).

Logo, é extremamente necessário compreender a Ditadura Civil-Militar a partir dos olhares das vítimas e cada vez mais isso está sendo colocado em prática a partir de entrevistas e sites que contam as histórias de pessoas que sofreram com esse episódio brasileiro. A seguir um desses depoimentos presentes no site Museu da pessoa que ajuda a compreender como foram as experiências a partir do olhar dessa parcela da população:

A forma de eliminar era essa de Auto de Resistência: “tentou fugir, não conseguiu”, como eles tentaram com Alexandre Vannucchi, que tentou fuga e foi atropelado por um caminhão – enfim, aquelas farsas de praxe, que eu sabia como funcionavam. E aí a minha principal preocupação se dava pelo fato de quando passaram a me torturar sem capuz, em que eu podia ver as pessoas que estavam me torturando, uns cinco ou seis. Isso era uma merda porque eu poderia ser eliminado em seguida por liquidar com arquivo.

Adicionava a isso o fato de que eles passaram a não ter qualquer preocupação de colocar um feltro, porque nos dois sistemas que eles têm lá, os mais comuns, é o tal do “pau de arara” e o outro “cadeira do dragão”, em que você fica amarrado e levando choque, a corda vai rasgando a tua carne, tanto nos tornozelos quanto nos pulsos. E eles, para não deixarem marca, eles passam feltro. No meu caso, eles passaram sem ter mais preocupação de botar essa porra, e eu estava todo sangrado.

Quando eu estou numa cela forte e ouço alguém sendo torturado, e o cara que torturava, que interrogava, e o cara que torturava falava: “Quem são os jornalistas? Quem são os jornalistas?” Era o Vlado. Mas eu não sabia que era o Vlado que estava sendo torturado.

Falei: “Porra, as prisões começaram no último dia de setembro, nós já devíamos estar em quanto – no final de outubro? Vai fazer um mês”.

Aí, de repente, para tudo. Remanejaram as pessoas de um lugar para o outro e, no caminho, cruzei com o Davi Rumel, filho do diretor da Odontologia da USP. E o Davi Rumel, que era da comunidade judaica, falou: “Apagaram o Vlado”. Aí que eu soube que era o Vladimir Herzog que estava sendo torturado. E nessa hora, por conta de todas as sinapses, ou seja, de tudo que a gente ia fazer, eu falei: “Bom, estou livre. Estou salvo. Salvo. Eles não têm ideia do tamanho da encrenca que eles arrumaram matando o Vlado”. Isso tudo, claramente, dentro do DOI-Codi, na hora. Então eu tomei uma decisão:

tudo o que estiver ao meu alcance, e que tenha a ver com o Vlado, eu farei. Se o Vlado não morre, eu não estava vivo (SILVA, 2019).

O depoimento acima permite que tenhamos uma breve noção das atrocidades sofridas por muitos na Ditadura Civil-Militar. E ao pensar sobre como os nomes das ruas homenageando os principais responsáveis por essas ações possivelmente causa um sentimento de revolta e injustiça para essas pessoas e suas famílias. Entre a lembrança da perda e um revisionismo histórico que perdura no Brasil, heroizando torturadores inclusive nas ruas públicas nacionais, é possível conceber a dor de uma vítima ou de sua família de morar em uma rua que teria como nome Castello Branco ou Costa e Silva ou Médici ou Geisel ou mesmo Figueiredo. A dor diária em ter que relembrar seu sofrimento ao ter que passar o endereço para alguém ou algo semelhante. Dessa forma, faz-se importante as alterações dos nomes desses locais. Obviamente, o sentido aqui não é esquecer tal período histórico, mas não o homenagear como se esse fosse uma época contemplada com muitos feitos.

As ruas são pontos muito importantes das cidades nesse mundo que se tornou cada vez mais urbano, pois são nelas que a vida em sociedade acontece, possuindo uma grande relevância para todos. A seguir um trecho que colabora para um maior entendimento sobre a influência das ruas e seus nomes no contexto histórico.

Os nomes podem ser referências (e com certeza os são), mas não somente. Os nomes de lugares para nós, além de referências precisas (já que a homonímia é teoricamente proibida), também são mecanismos de criação do passado, de um passado oficial, de uma construção histórica, de exaltação da memória de heróis, visto que são dados por lei e algumas vezes suscitam disputas. Se, por um lado, as ruas com nomes de desconhecidos, de plantas, animais etc. podem ser apenas referenciais para a maioria das pessoas, para a família que foi homenageada, no caso de pessoas pouco conhecidas, não se trata apenas disso. Se as grandes ruas com grandes nomes são uma forma mais eficaz de perpetuar a memória dos grandes heróis e grandes acontecimentos, as pequenas ruas dos bairros distantes também carregam uma carga sentimental, pelo menos para as famílias das pessoas que foram homenageadas com nomes nesses logradouros e, às vezes, para seus próprios moradores (PINTO, 2015, pp. 15-16).

Existem alguns grupos que já procuram realizar medidas para que esses nomes sejam alterados. Entre eles há “Ruas de Memória” criado por Fernando Haddad em São Paulo no ano de 2015 que buscava mudar o nome das ruas que homenageiam violadores de direitos humanos da ditadura civil-militar de forma progressiva e com a participação da população. Alguns casos obtiveram êxito, como no Elevado Costa e Silva em São Paulo que passou a ser conhecido como João Goulart, o presidente que foi deposto. Esse projeto visava renomear 12 ruas, 3

avenidas e 2 viadutos e um elevado, mas na prática poucas foram as alterações, já que houve uma grande resistência pelos moradores. Debates semelhantes estavam sendo travados em Porto Alegre onde discussões ocorreram acerca do nome da Avenida Castelo Branco. Uma alteração foi sugerida por alguns vereadores, ganharam e essa passou a ser conhecida como Avenida da Legalidade e da Democracia. Entretanto, acionaram o Poder Judiciário e a batalha se iniciou, mas o novo nome permaneceu (PINTO, 2015).

Acima foram citadas algumas das ações que foram empregadas para modificar os nomes de ruas, avenidas, escolas e similares. E ao analisar o decorrer das ações é perceptível um choque ideológico entre grupos, o que não permite que essas mudanças ocorram de forma tranquila e que, na maioria das vezes, são necessários debates. Outro ponto que chama atenção relaciona-se ao fato de a própria população das regiões em questão na maioria das vezes não apoiar as renomeações. Uma suposição elencada por João Paulo França em seu artigo relaciona-se ao transtorno que esses moradores sofrerão caso não ocorra uma boa organização por parte dos órgãos públicos para alterar os cadastros para que os comércios locais e nem moradores sejam prejudicados devido a essas alterações. Além disso, faz-se importante salientar como são burocráticas essas mudanças nos nomes e como em muitas ocasiões a população não possui tanta participação no emprego desses e fica a cargo do poder público. Outro fator também relevante está relacionado ao fato de uma parte da população não compreender a importância das mudanças dos nomes dos presidentes militares e isso ocorre devido à falta de conhecimento sobre a história do Brasil. E nesse momento é possível perceber a pertinência do ensino de história no país.

Além disso, salientar que ainda permanece uma onda conservadora no país e o negacionismo sobre alguns eventos históricos é uma realidade. E que desde a anistia, que concedeu “perdão” aos torturadores, se tem uma lógica de esquecer as violências e assegurar as supostas maravilhas da ditadura, como o dito milagre econômico. Essa alternativa do passado é recorrente, inclusive cometida pelo presidente Jair Messias Bolsonaro¹⁵ quando homenageia Carlos Brilhante Ustra¹⁶ enquanto deputado, não é preso e posteriormente assume o maior cargo executivo do país, sendo apoiado até hoje por isso por quase metade do Brasil como mostrou as urnas em 2022. Logo, para além de estudar a história e a ditadura brasileira é preciso combater qualquer tentativa de suavizá-la.

¹⁵ Ex-presidente do Brasil e uma vida pautada dentro do Exército e com uma extensa carreira política e flertando sempre com os ideais da direita.

¹⁶ Foi coronel do Exército brasileiro e chefe do DOI-Codi do 2º Exército de São Paulo, no período em que esteve à frente desse órgão ocorreram inúmeras mortes.

Considerações Finais

A Ditadura Civil-Militar foi um período em que os direitos humanos no Brasil foram esquecidos em prol de um governo que censurava, perseguia, torturava e matava opositores políticos. E as principais figuras deste período: os presidentes militares; possuem seus nomes em ruas, avenidas, escolas, pontes e diversos outros locais. Essa permanência conversa com um contexto brasileiro em que a direita ganha espaço e que segue defendendo a permanência dessas homenagens para tais pessoas. Em contrapartida, é importante salientar que muitos grupos lutam por essas renomeações para que as reais vítimas dessa época possam saber que não mais terão que passar por um local em que tais pessoas estarão expostas e exaltadas, e que talvez essas possam ser honradas com seus nomes em ruas, escolas, entre outros.

A seguir um trecho que ajuda a compreender como os nomes desses locais não são empregados em vão, existem motivos e inclinações para tais nomeações e como a população acaba entrando nas discussões acerca das mudanças de nomes, pois são as principais afetadas juntamente com as vítimas da Ditadura Civil-Militar.

O nome da rua não é posto por mero acaso. Há intenções, seja do proponente, seja daqueles que saúdam ou repudiam tais homenagens nas placas urbanas. No meio deste embate, a população acaba por tomar parte em tais disputas, seja concordando com os significados da nomeação proposta ou mesmo com as ressignificações que são colocadas, ou então, tendo seu cotidiano alterado por questões de desencontros pessoais, custos para atualizar documentos ou mesmo prejuízos financeiros proporcionados por perdas de negócios com mudanças de endereços comerciais (FRANÇA, 2019, p. 250).

Ao longo da discussão foi possível perceber como a desinformação é algo presente no Brasil, principalmente no que tange a questões históricas. A permanência da exaltação de presidentes militares é um exemplo, mas claramente não é o único. Logo, é necessário a valorização da disciplina de história nas escolas, para que quando assuntos relacionados à Ditadura Civil-Militar estiverem em pauta, a população saiba que estará discorrendo sobre um período em que muitos morreram ou desapareceram, foram torturados ou exilados. E que o poder público entenda a importância das renomeações e as realize da melhor forma possível para que a população local não sofra.

Fontes

ARAÚJO, Marcos. Estudantes querem mudar nomes de ruas que homenageiam ditadores. **Tribuna de Minas**. 22 jul. 2017. Disponível em:

<https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/22-07-2017/estudantes-querem-mudar-nomes-que-homenageiam-ditadores.html>. Acesso em 20 jan. 2023.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. 2011. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Ministério Público Federal. MPF ajuíza ação para mudar nomes de ruas com nome de presidentes do regime militar. Ministério Público Federal em Minas Gerais. 26 jan. 2023. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-mg-ajuiza-acao-para-mudar-nomes-de-ruas-que-homenageiam-presidentes-do-regime-militar>. Acesso em 10 nov. 2018.

DITAMAPA. Disponível em: <https://ditamapa.desvirtual.com/pt/> . Acesso em: 03/05/2023.

MELLO, Isabella e RODRIGUES, Mateus. Ponte volta a homenagear presidente Costa e Silva no DF, define Tribunal de Justiça. **Portal G1**. 06 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/11/06/ponte-volta-a-se-chamar-costa-e-silva-no-df-define-tribunal-de-justica.ghtml>. Acesso em 15 jan. 2023.

FAJARDO, Vanessa; POLATO, Amanda; PRADO, Carol; SORANO, Vitor; TENENTE, Luiza. 89 morreram ou desapareceram após reunião relatada pela CIA em que Geisel autoriza mortes; vela lista. **Portal G1**, 2018, São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/mais-de-80-morreram-ou-desapareceram-na-ditadura-apos-geisel-autorizar-a-execucao-de-subversivos-perigosos-veja-lista.ghtml>. Acesso em: 23 de jan. 2023.

MELLO, Daniel. Mesmo após debates, SP mantém nomes de ruas que lembram agentes da ditadura. **EBC – Agência Brasil**. 09 set. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-09/mesmo-apos-debates-sp-mantem-nomes-de-ruas-que-lembram-agentes-da>. Acesso em 14 jan. 2023.

RESEK, Felipe. Prefeitura vai alterar nomes de ruas de SP relacionados à ditadura. **O Estado de São Paulo**. 13 ago. 2015. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sai-nome-da-ditadura-e-elevado-sera-so-minhacao,1743688>. Acesso em 14 jan. 2023.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. **Ruas de Memória. São Paulo, 2016**. Disponível:https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/direito_a_memoria_e_a_verdade/programas_e_projetos/index.php?p=22173. Acesso em 14 jan. 2023.

Referências

BARROS, José D’Assunção. Cidade e História. Petrópolis: Vozes, 2007.

BARROS, José D’Assunção. História e Memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. **MOUSEION**, vol. 3, n.5, Jan-Jul/2009.

BEIGUELMAN, Giselle; KOENS, Andrey. Lugares da memória da ditadura: ruas, avenidas, pontes, viadutos e escolas com nomes dos presidentes do Brasil. **Ditamapa**. Disponível em: <https://ditamapa.desvirtual.com/pt/sobre>. Acesso em: 5 de jan. 2023.

FRANÇA, João Paulo. As ruas no processo de disputa da memória coletiva: a nomeação e renomeação dos logradouros públicos no século XXI e suas implicações históricas e cotidianas. **Crítica Histórica**, 2019, p. 230-253. Disponível em:

<https://scholar.archive.org/work/ldnnhvbd5ctjowm2o3h3a3hfm/access/wayback/http://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/download/6812/pdf>. Acesso em: 25 de jan. de 2023.

GONÇALVES, Gonçalo Rocha. Para que servem as ruas? A acção do Estado na transformação dos usos do espaço público urbano (séc. XIX - XX). **Ponto Urbe - Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, 2008, p. 3. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/1906>. Acesso em 18 jan. 2023.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964-1985** / Marcos Napolitano; coordenação Maria Helena Capelato, Maria Lígia Prado. — São Paulo: Atual, 1998. — (Discutindo a História do Brasil).

PINTO, Danilo César Souza. Etnografia de Espaços Estatais: Os Nomes das Ruas da Cidade de São Paulo. **Ponto Urbe - Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, 2015, p. 15-16. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/2702>. Acesso em 18 jan. 2023.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

SERBIN, K. P. Diálogos na sombra: bispos e militares: tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Sérgio Gomes da. **Sérgio Gomes | Exposição Ditadura: cotidianos e heranças**, 2019. Disponível em: <https://exposicaoditadura.museudapessoa.org/historia/sergio-gomes/>. Acesso em: 03/05/2023.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

TELES, Edson e SAFATLE (Orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELES, Janaína. **Os herdeiros da memória** – a luta de familiares de mortos e desaparecidos políticos por verdade e justiça no Brasil. Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, 2005.

TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.). 1964: **visões críticas do golpe**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.